

editorial

Terra, Poeira, Isolamento e Solidão: pode a não-cidade ensinar algo para a Arquitetura e o Urbanismo?

João Marcos de Almeida Lopes
Cecília Corrêa Lenzi*

Figura da página anterior (recorte): Seca no Nordeste brasileiro. Fonte: Autoria de J. R. Ripper. (imagem acrescentada pelos editores desta edição temática ao presente artigo)

Marx realizou pesquisas tão profundas sobre a Rússia que elas foram motivo de um divertido conflito entre ele e Engels. Segundo Paul Lafargue, Engels sempre dizia a Marx que 'queimaria com prazer as publicações sobre a agricultura russa que há tanto impedem você de terminar O Capital' (MUSTO, 2022, p.243)

A prevalência quase absoluta de “a questão urbana” é recorrente no âmbito da pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Uma hegemonia temática que pouco abre espaço para outras abordagens, mesmo quando a aproximação se dá pelos estudos territoriais: mesmo ali, os objetos de investigação são vistos quase sempre do ponto de vista do urbano - nunca (ou muito raramente) do ponto de vista da não-cidade: do campo, das águas ou das florestas.

Diferentemente da Geografia¹ (e mesmo da Sociologia), no mundo dos estudos urbanos operado pela Arquitetura e Urbanismo o campo é invariavelmente visto como o ‘outro’ da cidade e distante de alguma problemática passível de se tratar com alguma convicção teórica. O mundo rural aparece não só e quase sempre associado à imagem de um mundo esparsamente habitado, lugar de caipiras pouco ilustrados e aparentemente avessos às benesses cosmopolitas, como determinado por uma dinâmica econômica regida pelas ordens urbanas (mesmo quando se trata do agronegócio ou da política de commodities). Em regime de vetor invertido, tratar-se-ia de um mundo condenado pelas marcas do arcaico, as quais resistiriam obstinadamente ao pleno usufruto das “maquinarias do conforto” (BÉGUIN, 1978), conquistadas pelo ‘progresso’ técnico e pela vida ‘civilizada’ nas cidades. Assim, o que poderia esse mundo, marcado pelo arcaísmo conservador e problemático, ensinar ou propor algo para a Arquitetura e o Urbanismo? Mais objetivamente: por que dedicar um número especial de uma revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo à divulgação e discussão de algumas reflexões e questões ligadas ao que vem sendo investigado, ensinado ou trabalhado, tanto no Brasil como em alguns países da América Latina, sobre a questão do campo?

Talvez por influência dos nossos novos e velhos teóricos dos estudos territoriais e urbanos, a cidade aparece invariavelmente com protagonismo hipertrofiado, mesmo se considerada no âmbito territorial: “A cidade é um território que organiza territórios”, como afirma o urbanista e geógrafo francês Marcel Roncayolo (RONCAYOLO, 1993). Mesmo entre os pensadores filiados à tradição marxista, a cidade é o lugar privilegiado para realização de um possível (e almejado) “avanço das forças produtivas”².

Contudo, não há como escapar ao fato de que o processo de urbanização não se deu e não se dá sem a interação dialética entre o campo e a cidade. Já na “Ideologia Alemã”, Marx e Engels advertem para este fato, quando afirmam que “a divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual” (MARX; ENGELS, 2007, p.35), e que “a

Notas 1 e 2 da página anterior:

1 Também disponível em Lindner (2019), Shanin (2017) e em Marx e Engels (2013) (os dois últimos trazem, inclusive, os quatro esboços que Marx rascunhou antes de chegar à versão definitiva, enviada à Vera em 8 de março de 1881). Também entre os anexos da edição do Livro I de “O Capital”, editado pela Boitempo, pode-se ver um excerto da carta, bem como a resposta enviada a Zasulich (MARX, 2013, p.848-849).

2 Veja-se, por exemplo, Paul Singer, no capítulo introdutório de seu clássico “Economia Política da Urbanização”, do começo dos anos 1970: “Deste modo, a cidade ficou sendo o lugar no qual se concentra não apenas o excedente alimentar produzido pelo campo, mas toda produção agrícola, a qual é comercializada, transformada industrialmente e, em parte, redistribuída ao campo a partir da cidade. [...] A divisão do trabalho entre campo e cidade sofreu, deste modo, uma transformação tão ampla que hoje já é legítimo se colocar a dúvida quanto à validade da distinção entre campo e cidade. Não é difícil prever uma situação em que a maioria da população ‘rural’, no sentido ecológico, se dedique a funções urbanas e que a prática da agricultura - mecanizada, automatizada, computadorizada - em nada se distinga das demais atividades urbanas”. (SINGER, 1995 [1973]). Já sabemos que não foi isso que aconteceu - e nem está perto de acontecer, como veremos neste número temático da *Risco*.

3 Veja-se, por exemplo, quando Marx realiza algumas digressões históricas para discutir o estabelecimento do capital comercial (MARX, 2017, p.367 a 381). Esse intercâmbio campo/cidade também aparece quando Marx discute as “condições pré-capitalistas” para o surgimento da usura e do capital portador de juros (MARX, 2017, p.653 a 672); ou ainda, quando discute a gênese da renda fundiária - momento em que a referência a tal intercâmbio aparece explicitamente: “Se, na Idade Média, o campo explorava politicamente a cidade em todos ... continua na próxima página ...

maior divisão entre trabalho material e espiritual é a separação entre cidade e campo” (idem, p.52). Apesar de, nesse momento (estamos falando de 1844), Marx e Engels considerarem que “a oposição entre cidade e campo começa com a passagem da barbárie à civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação”, identificando o mundo rural como lugar de “isolamento e solidão” - uma concepção que se atualizará mais adiante, como veremos -, ainda assim não negam a interdependência entre o campo e a cidade, mundos em que a relação entre indivíduos se dá sempre subsumida à divisão do trabalho entre a indústria urbana e a indústria rural e, sob certos aspectos, determinada pela separação entre capital e propriedade da terra (MARX; ENGELS, idem). Isso vai aparecer diversas vezes nas páginas de “O Capital”, reafirmando essa interação dialética incontornável entre opostos contraditórios.³

Entretanto, já perto do final da vida, desde meados dos anos 1870, Marx vinha investindo bastante tempo no “alargamento do campo temático” de sua atividade intelectual (NETTO, 2020, p.473) - interessando-se particularmente pela movimentação política na Rússia daquela época. Como comenta Teodor Shanin, professor das Universidades de Moscou e Manchester e autor de “Marx tardio e a via russa”, Marx começou a estudar russo entre 1870 e 1871, procurando “se aproximar diretamente das evidências e dos debates publicados naquele idioma. Em uma carta a Engels, sua mulher queixava-se da forma como ele se aplicava a essa nova tarefa: ‘ele começou a estudar russo como se fosse questão de vida ou morte’” (SHANIN, 2017, p.32).

Todavia, essa incursão para além do território europeu não se limitaria à Rússia dos tsares: Marx também se dedicou, neste mesmo período, ao estudo de diversas “formas arcaicas de organização comunitária” (MUSTO, 2022, p.248) através da leitura de alguns estudiosos contemporâneos seus - sociólogos, antropólogos e etnólogos, em particular: estudos sobre o declínio das formas ancestrais de vida social na Ásia, tratado pelo jurista e sociólogo Maksim Kovalevsky; sobre a Algéria pré-colonial e seus modos de produção coletiva, onde permaneceu um curto período de tempo, em tratamento, entre fevereiro e maio de 1882, anotando e comentando os estudos de diversos autores - de Kovalevsky, inclusive; e foi o mesmo Kovalevsky que trouxe para Marx, de uma visita sua aos Estados Unidos, o trabalho sobre as estruturas produtivas dos povos iroqueses, na América do Norte, estudadas pelo antropólogo Lewis H. Morgan. (NETTO, 2020, p.475; LINDNER, 2019). Tratava-se de “estudar os antropólogos de seu tempo, e à medida que o horizonte de sua reflexão ia constantemente para além da Europa” (MUSTO, 2022, p.248), também suas reflexões ampliavam-se para além das fronteiras do urbano europeu.⁴

De todo modo, particularmente, dentre estes autores, Marx havia dedicado especial atenção a Nikolai Tchernichevski - filósofo e escritor russo, precursor do populismo russo⁵, com cujos escritos Marx já tivera contato no final da década de 1860 - e com a leitura dos quais aproveitara para treinar sua incursão na língua eslava. Tchernichevski, ao tratar da propriedade comunitária da terra na Rússia - a *obshchina*⁶ -, afirmava-se plenamente convencido de que “o desenvolvimento da Rússia não podia ignorar as conquistas alcançadas na Europa ocidental”. Tal convicção era derivada de sua discordância com a intelectualidade aristocrática russa de sua época, a qual defendia a manutenção das estruturas coletivas de propriedade camponesa vigentes como conquista e peculiaridade dos povos eslavos. Para ele, “a *obshchina* só poderia contribuir para o início de uma nova fase de emancipação social do povo russo se ela

... continuação da nota 3 ...

os lugares em que o feudalismo não tivesse sido superado por algum desenvolvimento urbano excepcional, como na Itália, assim também a cidade explorava economicamente o campo, por toda parte e sem exceção, impondo-lhe seus preços monopólios, seu sistema de impostos, suas corporações, sua fraude comercial direta e sua usura” (MARX, 2017, p.861).

4 A discussão na Geografia dá-se num outro diapasão desde há bastante tempo. Apenas a título de exemplo, veja-se, por exemplo, o trabalho de Marta Inez Medeiros Marques, da Geografia da USP, “O conceito de espaço rural em questão”. O texto é de 2002 (MARQUES, 2002).

5 Certo é que se tratava, “sobre-tudo para Marx”, de um processo intelectual que envolvia “uma ruptura profunda com qualquer interpretação unilinear, evolucionista, ‘etapista’ e eurocêntrica do materialismo histórico”. Segundo Löwy, “a partir de 1877, ele [Marx e Engels] sugerem, ainda que não de forma desenvolvida, uma perspectiva dialética policêntrica, que admite uma multiplicidade de formas de transformação histórica, e, sobretudo, a possibilidade que as revoluções sociais modernas comecem na periferia do sistema capitalista e não, como afirmavam alguns de seus escritos anteriores, no centro” (LÖWY, 2013 in MARX; ENGELS, 2013).

6 O *populismo russo* (*Narodnichestvo*) foi um movimento, surgido por volta dos anos 1870, que mobilizou militantes socialistas pertencentes às elites intelectuais russas, porém afinadas com as conquistas iluministas do centro europeu. Os *Narodniks* - ou populistas russos - defendiam, num primeiro momento, a construção de uma conjuntura revolucionária a partir das comunidades rurais daquele país, tendo como horizonte a democracia direta e o controle coletivo do poder. Defensores de uma espécie de ‘socialismo agrário’, os *Narodniks* buscaram se aproximar dos camponeses, pretendendo incutir neles as sementes da revolução ... continua na próxima página ...

se tornasse o embrião de uma nova organização econômica da sociedade, radicalmente diferente daquela preexistente”. Essa premissa, segundo Musto, tem fundamento na filosofia alemã, particularmente no pensamento dialético concebido a partir de Hegel e Schelling, reverberando a noção de que um estágio superior pode, na forma, constituir a gênese de um novo processo de desenvolvimento político e social (MUSTO, 2022, p.246-247). Segundo Shanin, Marx teria ficado “muito impressionado com essa concepção”. Segundo o autor, trata-se de uma inferência deduzir que Marx admitia a possibilidade de que, “dada a existência de um Ocidente avançado como uma precondição, a Rússia pudesse começar a partir de suas comunas rurais e chegar imediatamente ao socialismo” (SHANIN, 2017, p.86). No entanto, esta conjectura é bastante pertinente - se considerarmos o que viria adiante.

Quase exatamente dois anos antes de sua morte (viria a morrer em 14 de março de 1883), quando ainda se dedicava a leituras sobre a questão agrária na Rússia, Marx recebeu uma carta da militante populista Vera Ivanovna Zaslitch: nascida em 1849, Zaslitch forjara sua atuação revolucionária ainda como estudante em Petrogrado. Foi presa aos 20 anos por ser flagrada mantendo correspondência com o líder nihilista e anarquista Sergei Nechaev, promoveu atentados contra governantes, foi novamente presa e absolvida, exilou-se na Suíça e, juntamente com Georgi Plekhanov e Pavel Akselrod, criou o grupo Emancipação do Trabalho em 1883. Foi por este grupo encarregada de traduzir alguns trabalhos de Marx para o russo e, com seus integrantes, ajudou a criar o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR). Mais adiante, aderiu, juntamente com Plekhanov, ao grupo menchevique que se opôs ao grupo bolchevique liderado por Lênin na condução da Revolução de 1917. Zaslitch viria a falecer em 1919 (SHANIN, 2017, p.254-255).

Como afirma Musto, esta correspondência levaria Marx a se aprofundar ainda mais no estudo das propriedades coletivas administradas pelas comunidades aldeãs russas, bem como suas formas coletivas de organização e distribuição da produção. Nesta carta, escrita em francês, Zaslitch apresentava para Marx uma questão para a qual atribuía condição de “vida ou morte” para os militantes russos - inclusive, “o destino pessoal dos socialistas revolucionários” naquele país. Considerando, a partir de Tchernichevski e do debate em torno da talvez necessária passagem por um estágio capitalista do modo de produção para atingir-se “a forma mais elevadas de relacionamento do homem com a terra” (MUSTO, 2022, p.247), a questão era relativamente simples:

a comuna rural, liberta das excessivas exigências do fisco, dos pagamentos à nobreza e da administração arbitrária, é capaz de se desenvolver na via socialista, ou de organizar, pouco a pouco, a sua produção e sua distribuição de produtos de forma coletivista. Nesse caso, os socialistas revolucionários devem dedicar todas as suas forças à libertação da comuna e ao seu desenvolvimento.

Se pelo contrário, a comuna estiver destinada a perecer, os socialistas, enquanto tais, têm apenas de se entregar ao cálculo mais ou menos exato de saber em quantas dezenas de anos a terra dos camponeses russos passará de suas mãos à da burguesia e em quantas centenas de anos, talvez, o capitalismo atingirá um desenvolvimento na Rússia semelhante ao da Europa ocidental. Os socialistas, então, terão de fazer propaganda apenas entre os trabalhadores das cidades, que serão continuamente submersos pelas massas de camponeses jogada, após a dissolução da comuna, nas

... continuação da nota 6 ...

social. Pretensões frustradas, perante o forte comportamento conservador, tributário das relações arcaicas profundamente enraizadas, os *Narodniks*, num certo momento, abandonaram estas expectativas e criaram, em 1876, o movimento Terra e Liberdade - que buscava articulação com os camponeses que agora se instalavam nas cidades e se tornavam proletários, com a libertação dos servos em 1861. (SHANIN, 2017; LÖWY, 2013 in MARX; ENGELS, 2013; além de diversos artigos dedicados ao registro histórico e discussão do *populismo russo* e à então denominada *intelligentsia russa*; sugere-se, para aprofundamento no assunto, uma busca por "*história do movimento populista russo*", por exemplo).

⁷ *Obshchina* (община - em russo, "comunidade" ou "comunitário") ou Mir (em russo: мир, literalmente: "sociedade" - um dos significados mais frequentes da palavra) ou ainda *Selskoye obshchestvo* (сельское общество - "comunidade rural", termo aceito como oficial) eram comunidades de camponeses, que se contrapunham a sítios individuais, ou *Khutors*, na Rússia Imperial. O termo deriva da palavra *общий, obshchiy* (comum). Ver <<https://shre.ink/2FzFz>> - acessado em 26 de julho de 2023.

ruas das grandes cidades em busca de um salário (MUSTO, 2022, p.249, citando a carta de Zaslitch⁷)

Em outras palavras, a questão era: se a tradicional propriedade comunal arrastava consigo aspectos das relações feudais de produção; se a operação dialética material e histórica pressupunha uma evolução em estágios para a superação das contradições rumo a dimensões mais elevadas da existência; e reconhecendo o esforço de Marx de construir suas concepções quanto ao processo materialista e dialético de emancipação social a partir da dialética hegeliana (de ponta cabeça, diga-se de passagem); Zaslitch perguntava se seria mesmo necessário primeiro a propriedade comunal transformar-se em propriedade privada para libertar-se de seus traços de feudalidade para, posteriormente, revolucionar-se na forma de propriedade coletiva em estágio superior.

Marx precisou de alguns rascunhos, até chegar a uma versão que melhor correspondesse às suas convicções naquele momento. A resposta enviada a Zaslitch não contempla toda a diversidade de questões pelas quais Marx passou ao elaborar os rascunhos. Mas a resposta dele é bastante clara: segundo Marx,

a análise apresentada n'O capital não oferece razões nem a favor, nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que fiz dessa questão, sobre a qual busquei os materiais em suas fontes originais, convenceu-me de que essa comuna é a alavanca [point d'appui] da regeneração social da Rússia; mas, para que ela possa funcionar como tal, seria necessário, primeiramente, eliminar as influências deletérias que a assaltam de todos os lados e, então, assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo.

Mas o que nos parece fundamental - e que não aparece objetivamente na versão final da carta - é a noção de contemporaneidade sistêmica entre distintos contextos, históricos e espaciais. É bom lembrar que, em momento algum, Marx teria afirmado a necessidade de que a Rússia deveria atravessar o capitalismo como etapa incontornável para chegar ao socialismo - pelo contrário. Mas essa ideia colou-se-lhe por diversas razões e por conta de uma leitura enviesada, promovida por alguns críticos russos. Por outro lado, Marx também nunca afirmou ou se convenceu de que as comunas russas poderiam configurar "um lugar de emancipação mais evoluído do que as relações existentes no capitalismo" (MUSTO, 2022, p.269). Entretanto, num de seus rascunhos para a resposta a Zaslitch, Marx afirma que, teoricamente,

a 'comuna rural' russa pode, portanto, conservar-se, desenvolvendo sua base, a propriedade comum da terra, e eliminando o princípio da propriedade privada, igualmente implicado nela; ela pode tornar-se um ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna; ela pode trocar de pele sem precisar se suicidar; ela pode se apropriar dos frutos com que a produção capitalista enriqueceu a humanidade sem passar pelo regime capitalista. (MARX apud MUSTO, 2022, p.271)

Ora, a questão é o tempo, o lugar e o contexto histórico: se a Europa Ocidental demorou séculos para chegar à indústria mecânica, outros tantos séculos para introduzir os mecanismos de trocas (bancos, sociedades de crédito etc.), também a Rússia,

“contemporânea de uma cultura superior”, ligada “a um mercado mundial, no qual predomina a produção capitalista”, não iria deixar de se apropriar dos “resultados positivos desse modo de produção”. Ela estaria, portanto, “em condições de desenvolver e transformar a forma ainda arcaica de sua comuna rural em vez de destruí-la”. Assim, “os camponeses poderiam ‘incorporar as conquistas positivas realizadas pelo sistema capitalista sem passar por suas ‘forças caudinas’” (MARX; ENGELS, 2013, p.111; e MARX apud MUSTO, 2022, p.267-268). Em suma: renunciando as premissas do “desenvolvimento desigual e combinado”, as comunas rurais russas não deixavam de ser contemporâneas ao mundo industrializado europeu do século XIX, ao mesmo tempo que perpetuavam a tradição da posse comunitária da terra e da divisão comunal da produção. Logo, não se tratava de uma realidade isolada da outra.

Com essas palavras, fica claro, mais uma vez, que Marx não pensava de fato no modo ‘primitivo de produção cooperativa ou coletiva, [que fora] o resultado da fraqueza do indivíduo isolado’, mas sim no fruto da ‘socialização dos meios de produção’. A própria obshchina, como ele fez questão de notar, constituía ‘a forma mais moderna de um tipo arcaico’ de propriedade comunista que, por sua vez, havia ‘atravessado por toda uma série de evoluções’. (MUSTO, 2022, p.268)

É justamente por este meandro que queremos aproximar nossa reflexão: os trabalhadores e trabalhadoras dos campos, das águas e das florestas brasileiros não realizam seus modos de vida alheios ou isolados do Brasil urbanizado. Também a população citadina não vive sem o concurso cotidiano do produto do trabalho desse mundo da não-cidade. Logo, não nos parece procedente descolar a realidade do campo daquela das cidades: elas são a mesma e uma só realidade histórica, revestida por uma nuvem de relações aparentemente desconexas que se reúnem sob o comando de um único modo de produção. Do mesmo modo que não existe, segundo Marx em sua crítica à formulação smithiana no capítulo 24 do Livro I d’O Capital, “uma tal acumulação primitiva”, também não nos parece pertinente afirmar a existência de uma formação social primitiva, arcaica e atemporal em essência.

Desse modo, as questões que nos colocamos para empreender essa edição da Revista Risco poderiam ser assim formuladas: seria possível atravessar relações capitalistas de produção com outras modalidades de organização do trabalho e dos trabalhadores? De outras relações entre indivíduos e a propriedade? Ofereceriam as relações de trabalho fora das cidades alguma alternativa de relações de produção? Os modos de vida, as formas de organização das comunidades de trabalhadores e trabalhadoras do campo, das águas e das florestas... como aprender com elas? Seria possível ‘evitar’ a reprodução do arcaico em novas modalidades de organização da produção?

#

De volta: o que nos leva a propor esse debate em meio aos arquitetos e urbanistas, numa revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo como a Risco? Parece-nos que, no coração de um contexto aparente e historicamente arcaico, é possível encontrarmos algumas experiências preciosas, formas de vida e de produção do espaço contra-hegemônicos, talvez argumentos importantes para, no mínimo, superarmos essa dicotomia entre campo e cidade - em boa medida derivada de uma insuficiência das atuais abordagens dos estudos urbanos e territoriais promovidos pela Arquitetura e Urbanismo. A pista, especulada por Marx nos seus rascunhos para a resposta à carta de

Vera, abre uma trilha para um ponderação que, a nosso ver, vai além da ideia largamente consolidada - com a ajuda do próprio Marx lá de 1844 e d'O Capital, acompanhado de Engels, diga-se de passagem - de que esses modos de vida considerados arcaicos, em sentido pejorativo, perpetuam entraves aos avanços práticos civilizacionais rumo a uma possível transformação social mais radical.

Podemos propor uma atualização e apropriação da pergunta de Vera: precisamos pôr por terra tudo o que camponeses, indígenas quilombolas, ribeirinhos etc. nos ensinam, para que todos eles se tornem operários, para então ser possível alguma reflexão mais radical em termos de transformação social - no campo, na cidade, nas florestas e nas águas?

Todos os trabalhos reunidos neste número temático sobre o Habitat Rural são atravessados por questões comuns - o questionamento, por exemplo, da premissa, bastante difundida entre arquitetos e urbanistas, segundo a qual tudo estaria tomado pela racionalidade urbana. Tais questões partem, contudo, de abordagens e contextos muito distintos. São trabalhos bastante diversos entre si, que tratam desde camponeses assentados da reforma agrária no interior paulista, da construção de uma escola num aldeamento Xavante, até estudantes de arquitetura pensando arquitetura no meio de uma área deserta no Chile ou trabalhando em assentamentos rurais no entorno de Brasília. Também a amplitude geográfica é significativa: ao percorrer a revista, o leitor passará por paisagens de Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Norte, além do Chile, Argentina e Uruguai.

Como era de se esperar, as paisagens descritas são majoritariamente rurais. Mas, além disso, outro aspecto em comum entre os textos nos parece fundamental destacar: todos os autores e autoras reunidos aqui possuem o fazer como matéria imediata de reflexão - a prática concreta da produção material de espaços. Seja pela atuação em canteiros de obras, seja pela abordagem etnográfica da pesquisa, ou ainda pela participação orgânica nos movimentos sociais rurais: neste conjunto de artigos, o processo produtivo do espaço construído ganha protagonismo central. Portanto, numa interessante junção de temas, abre-se aqui a oportunidade de estudar diversas faces e particularidades dos processos produtivos da habitação e do habitat, mas desta vez com o olhar voltado para além das áreas urbanas. São inúmeros os debates possíveis, todos eles atravessados por uma inegável relevância acadêmica e social - como ficará claro ao longo da leitura desta revista.

Os primeiros textos trazem relatos de diferentes práticas extensionistas, que aproximaram docentes e estudantes de arquitetura dos territórios não urbanos através de atividades práticas em canteiros de obra.

Iniciamos pela experiência do Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH), sediado no Departamento de Arquitetura da UFRN em Natal. Este texto, assinado por Amadja Borges e Cecília Medeiros, vem cobrir uma importante lacuna a respeito da gênese da atuação de arquitetos junto a movimentos sociais rurais no Brasil, recuperando o percurso do Grupo que começa, em 1994 no Rio Grande do Norte, a forjar essa posição de braço técnico socialmente comprometido nos debates sobre reforma agrária. Registrando o processo permanente de construção do método do "desenho do possível", as autoras levantam reflexões que foram - e são - marcantes na busca pela autogestão na produção de habitação social no meio rural.

De forma similar, mas em outro momento histórico e atravessado por outras contradições, temos as reflexões sobre alguns trabalhos do grupo extensionista Periférico, de autoria de sua coordenadora, Liza Andrade. O grupo, que iniciou suas atividades em 2013, atua junto com o Escritório Modelo Centro de Ação Social em Arquitetura e Urbanismo Sustentável (EMAU-CASAS), que por sua vez atua no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, em Brasília, desde 2002. Respeitando o protagonismo estudantil e comprometido com causas socioambientais, o CASAS avoluma significativamente o espaço de atuação das práticas de extensão universitária, tendo um grande número de trabalhos realizados até o momento, entre projetos habitacionais, urbanísticos, de equipamentos públicos, entre outros, no campo e na cidade. Especialmente no meio rural, o CASAS atua desde 2014 a partir de uma demanda de comunidades de assentamentos da região.

Também no caminho da extensão universitária junto a territórios rurais, temos um relato sobre o desenvolvimento de um projeto de escola infantil junto a uma aldeia Xavante, no Mato Grosso, realizado no contexto de uma parceria entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e a Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMT. Partindo da demanda concreta apresentada pela comunidade, Maria de Lourdes Zuquim e Elizabeth Othon, junto ao restante da equipe, mergulharam no modo de vida local e perceberam que o espaço da escola precisaria refletir, de forma direta, a cosmologia Xavante. A riqueza descritiva do texto encontra justificativa na fala do ancião Wabuá Xavante, entrevistado pelas autoras, segundo o qual “ninguém respeita aquilo que não conhece”. Ou seja, enquanto os territórios não urbanos ainda não fazem parte do currículo dos cursos de arquitetura Brasil afora - ou, parafraseando Wabuá Xavante, enquanto a história da arquitetura não for reescrita com base na vida e no conhecimento dessa enorme parcela da população brasileira - segue sendo fundamental termos acesso a descrições profundas destas não-cidades.

O relato da Escuela de Arquitectura y Diseño da PUC de Valparaíso, no Chile, complementa essa sequência de experiências extensionistas. São as atividades de extensão - que o autor do texto, Andrés Garcez, denomina de “pensar-fazer” - que guiam a Escola desde sua fundação, na década de 1970, numa trajetória incomum que insere os estudantes na prática da construção de edificações, seja nas viagens de campo pela América Latina, que eles chamam de “travessias”, seja nas próprias atividades direcionadas à reconstrução do país, que historicamente se faz necessária devido à suscetibilidade do Chile a grandes eventos climáticos e geológicos (terremotos, tsunamis e incêndios). Importante destacar que os trabalhos de “pensar-fazer” desta Escola ao longo de sua trajetória supera, ou mesmo ignora positivamente, as delimitações entre o rural e o urbano, para atuar em territórios que, urbanos ou rurais, se assemelham por outras características em comum, como as relações de vizinhança e a vinculação profunda com a natureza. Neste texto são apresentadas em detalhe algumas experiências no Chile e no Brasil, desenvolvidas pelos professores e estudantes da instituição a partir de 2010.

Ainda na América Latina, também temos a oportunidade de conhecer o trabalho realizado pelo MEVIR, uma entidade ligada ao governo uruguaio que atua junto às famílias rurais em situação de extrema pobreza e que tem, como finalidade prática, realizar obras e reformas nas moradias. O autor do texto, Gonzalo Balarini, esteve à frente da entidade até 2020, quando a eleição do atual presidente, Luis Lacalle Pou, levou o

país a uma guinada à direita, o que acabou modificando significativamente o trabalho da entidade a partir daí. Esta análise aponta alguns detalhes de uma nova estratégia que vinha sendo desenvolvida pelo MEVIR até então, que consistia na ampliação de sua atuação junto às famílias rurais, sobretudo na tentativa de oferecer no meio rural condições similares às usufruídas nas áreas urbanas. A entidade procurava avançar para além da mera construção de casas: adotando também outros aspectos próprios do habitat camponês, passaram a interpretar sua atuação como de construção do espaço doméstico do território rural. Esta revisão da atuação do MEVIR levou a uma profunda mudança na sua cultura institucional e viabilizou uma série de trabalhos interessantes junto à população, alguns dos quais são descritos no artigo.

Dialogando diretamente com os quatro artigos anteriores, as contribuições teóricas de Noelia Cejas e Virginia Martinez, do Grupo Interdisciplinar de Estudios sobre el Hábitat (GIEH), sediado em Córdoba, Argentina, iluminam o debate sobre as práticas universitárias e institucionais vinculadas à habitação e ao habitat nas áreas não urbanas na América Latina. Partindo da perspectiva teórica decolonial, as autoras explicitam o quanto a reprodução de dicotomias que associam, por exemplo, o rural ao atraso, acabam alimentando a lógica da exclusão à qual as populações camponesas já se encontram submetidas - e que se agravam, se reproduzidas no âmbito das políticas de Estado. Nesse sentido, as autoras promovem uma discussão crítica que tenta desvendar o que está por trás do discurso da erradicação da pobreza através do desenvolvimento - ponto que é também criticado por Gonzalo e enfrentado, na prática cotidiana, pelo MEVIR, como discute em seu artigo. Experiências como as vivenciadas e relatadas por Liza, Maria de Lourdes e Elizabeth, nas práticas extensionistas, ensaiam justamente uma resistência a esse discurso desenvolvimentista, evidenciando a potência da construção de práticas que prescrevem o esquema anacrônico do urbano como ideal de progresso. Afinal, ver encantamento no trabalho de assessoria técnica junto aos movimentos sociais rurais, como testemunham Amadja e Cecília, significa reconhecer que não há neutralidade nos aparatos tecnológicos - segundo formulação de Noelia e Virginia.

Numa complementação orgânica do debate travado por Noelia e Virgínia, a profa. Karla Hora, da UFG, nos conduz ao tema do gênero no meio rural brasileiro, investigando sobre as conquistas originadas nas lutas protagonizadas por mulheres no âmbito das políticas habitacionais. Partindo de sua própria experiência como gestora de políticas públicas para mulheres no Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto em 2016, mas recriado a partir de 2023), Karla afere que a identificação das mulheres camponesas com a temática da habitação é imediata, pois sua falta - a falta de condições adequadas de moradia e saneamento - impacta diretamente as atividades reprodutivas e de cuidados - que ficam a cargo das mulheres, na esmagadora maioria dos casos. Assim, a autora destaca que a presença das mulheres nos fóruns de luta por habitação, dentro dos movimentos organizados no meio rural, proporciona uma contribuição qualificada, uma vez que imprime a vivência cotidiana camponesa na própria pauta de reivindicações a respeito da habitação. E isso se desdobra em críticas consistentes aos programas habitacionais rurais recentes, como no caso do Programa Nacional Habitação Rural (PNHR), operado no âmbito do Minha Casa Minha Vida (MCMV) - que também será objeto de análise do último artigo desta coletânea, de autoria do grupo HABIS. Karla enfatiza que, no esquema empreendido através do PNHR/MCMV, a casa era tomada como objeto em si - alienada do entorno imediato, do quintal produtivo e das infraestruturas disponíveis.

O artigo de autoria do grupo HABIS - Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade - acaba consolidando alguns dos diversos debates travados pelos demais textos desta edição temática. O grupo de pesquisa, sediado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, em São Carlos/SP, acumula um amplo histórico de atividades de extensão e assessoria técnica junto aos movimentos sociais rurais, cujas origens remontam aos anos 1990. A pesquisa que deu origem ao artigo que o grupo apresenta nesta edição aconteceu entre 2015 e 2018 e vale-se deste acúmulo: numa pausa da atuação como assessoria técnica, o grupo teceu um trabalho analítico no qual buscou entender como vinha ocorrendo a implementação do PNHR/MCMV pelo governo federal no estado de São Paulo naquele período. Os próprios achados de pesquisa conduziram a equipe ao Oeste Paulista - que acabou recebendo o apelido de "Faroeste Paulista" devido a sua gênese territorial turbulenta, com histórico de conflitos fundiários, violência, grilagens de terra e intensa atuação de movimentos sociais de luta por reforma agrária. Assim, o percurso metodológico descrito no artigo consolida a ideia que perseguiu a equipe por toda a pesquisa: a questão habitacional nas áreas rurais deve ser vista sempre no interior da questão agrária.

Por fim, por que motivo chamar o professor Sérgio Ferro para conversar sobre o assunto? O que as formulações teóricas e críticas de Sérgio Ferro sobre arquitetura e sua produção material tem a ver com o mundo da não-cidade?

É aqui que concluímos em forma de coda: a noção de "acumulação primitiva" de Adam Smith, já questionada por Marx em seu capítulo XXIV do Livro I d'O Capital, parece, cada vez mais, corresponder a uma "interpretação unilinear, evolucionista, 'etapista' e eurocêntrica do materialismo histórico", como adverte Michael Löwy (LÖWY in MARX, 2013b). Isto quer dizer que, para o "Marx tardio" (SHANIN, 2017) confirma-se a não existência de uma "acumulação primitiva" originária, localizada no espaço e no tempo para um processo determinado de acumulação - ele será sempre histórico, contextualizado geograficamente e permeado por práticas que se repõem no tempo e no espaço. Sabemos o quanto esta noção foi importante para Rosa Luxemburgo e o quanto ela é cara para David Harvey - que a atualizou como "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2014, p.121 e ss.)

Pois bem: foi este o ponto de partida proposto para iniciarmos o debate com Sérgio Ferro - a noção de "acumulação primitiva". Porém, mesmo que na interpretação de Harvey, essa noção foi, de início, incisivamente questionada pelo professor. Sua interpretação, baseada num profundo conhecimento dos textos de Marx e também nos estudos sobre os processos contemporâneos de acumulação do capital nos canteiros de obra, sugere que os processos de reprodução de capital e de acumulação "primitiva" estão fundidos desde o princípio - ou seja, são faces da mesma moeda, um não existiria sem o outro. Segundo Sérgio, "não há, portanto, ruptura: o que precedeu, depois vira efeito de seu próprio funcionamento". Assim, a reprodução do capital sempre foi e será viabilizada por capitais "primitivos", acumulados a partir do ingresso de muito trabalho - mal ou sequer remunerado.

Ora: assim como os processos de acumulação de capital por espoliação (mesmo que no sentido de Harvey) se reproduzem e são repostos cotidianamente nos canteiros de obras, aqui e em qualquer lugar do planeta, jungindo os trabalhadores braçais ali empregados, também nas estruturas de reprodução da vida fora das cidades, essa acumulação continua se dando, imensa parte das vezes, pela intensa espoliação

do trabalho camponês - análogo à escravidão, em diversos casos. Ainda que as interpretações teóricas a respeito da “acumulação primitiva” sejam distintas entre si, parece-nos que concordam no fato central: trata-se de processos de extração de trabalho humano baseados na violência e na ilegalidade, que não apenas participam da acumulação de capital, como lhe são fundamentais.

O debate que travamos com Sérgio Ferro confluiu justamente nesse ponto: como os processos de acumulação do capital baseados na violenta extração de mais-valor a partir do trabalho intensivo e mal remunerado perduram hoje na nossa sociedade? Nossa intenção era identificar pontes entre nossos estudos sobre o campesinato e os estudos sobre o trabalho nos canteiros de obra - este último, objeto profundamente estudado pelo professor Sérgio Ferro: tomávamos como referência sua particular animação com as formas não determinadas de trabalho coletivo nos mutirões habitacionais, enunciando e ‘ensaiando’ outras possíveis relações de produção. Em regime “desigual e combinado”, perguntávamos, para elaborar o roteiro de nossa conversa, o quanto não seria pertinente o investimento em alternativas de relações de produção, mesmo em contextos antagônicos e fora das cidades, funcionando como possibilidade de desafiar as ordens vigentes. Para além da crítica aguçada, esmiuçando passo a passo os mecanismos que aprofundam o imenso abismo que separam ricos e pobres, passamos também pelas considerações quanto a uma possível identificação, no coração do “arcaico”, lá no fundo, um germe de mudança - embaladas por, justamente, a correspondência entre Marx e Vera Ivanovna Zaslitch. Como disse o próprio Sérgio, na nossa conversa:

Gosto muito dos últimos textos de Marx, particularmente dos esboços e a carta final enviada a Vera Zaslitch, documentos a meu ver de grande importância para nós. Não somente pela posição que tomou finalmente, mas como consolo por podermos acompanhar suas hesitações e dúvidas, dividido entre a defesa de sua própria obra e os desafios de realidades que destoavam com elas: são encrencas que encontramos constantemente. Como sabem, Marx teve que concordar, apesar de um evidente mau humor, que seria absurdo que as comunidades rurais russas, onde havia tradicionalmente propriedade coletiva do solo e algumas práticas produtivas comunitárias, tivessem obrigatoriamente que passar pela revolução burguesa e que não tentassem passar diretamente para uma sociedade pelo menos socialista. Num trecho de um dos esboços ou da carta final, não me lembro mais, ele diz que é preciso não ter medo da palavra “arcaico” pois provavelmente a futura sociedade comunista seria uma espécie de retorno ao modelo de algumas sociedades arcaicas, com os aperfeiçoamentos que a evolução humana até então permitiria. (Sérgio Ferro, em entrevista publicada nesta edição)

#

Os números oficiais mais recentes apontam que 24% da população brasileira habita em áreas predominantemente rurais; são mais de 45 milhões de pessoas. Quanto aos municípios do país, 60,4% deles foram classificados também nesta tipologia (predominantemente rurais)⁸ (IBGE, 2017, p. 61). Além disso, a última atualização sobre a extensão das áreas urbanizadas do país soma 45.944,2 km², o qual corresponde a apenas 0,54% do território brasileiro⁹ (que conta, ao total, com mais de 8,5 milhões de km²).

⁸ Os dados que subsidiaram a referida análise do IBGE são do censo de 2010. Os critérios utilizados para elaboração desta nova tipologia de classificação dos municípios têm como fator principal a densidade demográfica – e não apenas a localização dos domicílios dentro ou fora dos perímetros urbanos, como anteriormente. Para maiores informações, consultar IBGE (2017).

⁹ Dados referentes ao ano de 2019, conforme publicação disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8418#resultado>>, consulta em 28/06/2023.

Os estabelecimentos agropecuários classificados como “agricultura familiar” (cuja apreensão do que seja pode ser bastante ampla e, por vezes, problemática, mas com definição legal assentada pelo Decreto nº9.064, de 31 de maio de 2017) somam 77% de todos os estabelecimentos desse setor econômico. Esse ramo da atividade agropecuária conta com 67% de todo o pessoal ocupado, isto é, em torno de 10,1 milhões de pessoas. Paradoxalmente - mas compreensível -, a agricultura familiar ocupa apenas 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país. É dessa extensão de terra e desse contingente populacional que sai aproximadamente 70% do que vai para nossas mesas, cotidianamente - hortaliças, verduras e frutas (IBGE, 2017). Recentemente, em comentário publicado na Folha de São Paulo, o colunista Mauro Zafalon alerta para o fato de que, a partir de projeções do Ministério da Agricultura, “os produtores da agricultura familiar continuarão sendo os responsáveis por boa parte da produção de alimentos do país nos próximos 10 anos. Pelo menos 83% dos estabelecimentos de produção de horticultura estarão nas mãos deles, somando 60% do valor da produção” (ZAFALON, 25 de julho de 2023, Folha de São Paulo - “Agricultura familiar produzirá 17 milhões de toneladas de soja em 2033”)¹⁰.

¹⁰ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2023/07/agricultura-familiar-produzira-17-milhoes-de-toneladas-de-soja-em-2033.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa>, visitado em 28 de julho de 2023.

Terra, poeira, isolamento e solidão... na verdade, designação que só se aplica a uma parte da não-cidade: às extensas monoculturas, às infinitas paisagens de pastagens, aos desertos de soja e milho, em boa medida responsáveis pelos perversos mecanismos de acumulação e concentração de renda hoje vigentes, aqui e em boa parte do planeta. Há, porém, uma grande parcela desse mundo da não-cidade habitado por camponeses, quilombolas, indígenas, povos ribeirinhos, faxinalenses etc. etc., que compõem uma imensa diversidade de existências que, com suas práticas produtivas e estratégias de vida podem nos ensinar o quão contraditórias, plurais e dialeticamente ricas podem ser as formas de produzir o espaço e o lugar da moradia - das quais promovemos um delimitado apanhado, registrado nas páginas desta edição temática da Revista Risco.

Agradecimento

As imagens complementares desta edição temática pertencem ao projeto “Imagens Humanas” - uma iniciativa do fotógrafo João Roberto Ripper que nasce da necessidade de colocar a fotografia a serviço dos direitos humanos e permitir que as populações menos favorecidas tenham o direito a ter as suas histórias contadas e as belezas dos seus fazeres mostrados. O acervo do banco de imagens pode ser acessado no site <<https://imagenshumanas.photoshelter.com/>>. Agradecemos a João Roberto Ripper a gentileza de ceder suas fotografias para a presente publicação.

Referências bibliográficas

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil, uma primeira aproximação. Brasília, DF: IBGE, 2017.

LINDNER, Kolja (editor). Le dernier Marx. Toulouse: Éditions de l'Asymétrie, 2019.

LÖWY, Michael. “Introdução: Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Luta de classes na Rússia. São Paulo: Boitempo, 2013, p.9/16.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. "O conceito de espaço rural em questão". In: Revista Terra Livre. São Paulo, Ano 18, n.19, p.95/112, julho/dez 2002 (disponível em <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/usorestrito/MARTA.pdf>).

MARX, Karl. O Capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. O Capital. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Lutas de classes na Rússia. São Paulo: Boitempo, 2013.

MUSTO, Marcello. Repensar Marx e os marxismos: guia para novas leituras. São Paulo: Boitempo, 2022.

NETTO, José Paulo. Karl Marx: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

RONCAYOLO, M. La ville et ses territoires, Ed. Gallimard Paris. 1993.

SHANIN, Teodor (editor). Marx tardio e a via russa: Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SINGER, Paul. "O uso do solo urbano na economia capitalista". In: MARICATO, Ermínia. A produção capitalista da casa (e da cidade). São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda, 1982.